

Como citar: OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita. *Vozes femininas. A construção da subjetividade através da educação*. In: Revista Digital Simonsen. Rio de Janeiro, n.3, Nov. 2015. Disponível em: <www.simonsen.br/revistasimonsen>

História

VOZES FEMININAS. A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Por: Ricardo Santa Rita Oliveira¹

A análise das falas masculinas sobre a educação, no século XIX, revela um ideal de atuação das mulheres que estaria definitivamente ligado à vida em família e à maternidade. Mesmo posições mais liberais quanto à presença feminina na esfera pública, como a demonstrada por Antonio de Almeida Oliveira,¹ quando tinham de estabelecer o local privilegiado das mulheres, aí as enquadravam. Uma existência feminina estaria voltada, sem embargo, a uma trama onde os seus atos não possibilitariam alternativas; ela seria esposa, dona de casa, mãe e filha.

Um projeto assim colocado não deixaria às mulheres muitas alternativas,

contudo, elas não capitularam, na pura aceitação do que lhes era imposto. A partir de um projeto de sujeição que limitava a sua aparição social, elas elaboraram uma contra-argumentação que se baseava na constituição de novos limites para a sua atuação como sujeitos históricos. A construção de si, a subjetivação² está bem marcada nas falas femininas, principalmente naquelas que abordam a questão da sua emancipação, e da luta pelos direitos civis, que em seu entendimento deveriam ser comuns a todos os sujeitos racionais. Novamente, fica demonstrado, de forma bem clara, como a educação resumia então, para as propagandistas³, o principal caminho para o

¹ Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor das Faculdades Integradas Simonsen e da Prefeitura Municipal do Rio do Janeiro. Publicou em 2002 a Tese de Doutorado *Educação, gênero e modernidade. Discursos e práticas educacionais no Brasil entre 1870 e 1910*. ricardo@fonteprimaria.net

¹ Antonio de Almeida Oliveira. O ensino público, obra destinada a mostrar o estado, em que se acha, e as reformas que exige a instrução pública no Brasil. São Luiz, Typ. do Paiz, 1874.

² - O uso desses conceitos está baseado, em Michel Foucault, História da sexualidade vol. 2. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

³ Neste trabalho utilizo o termo propagandistas para designar as mulheres que se lançaram à defesa daquilo que elas

seu reconhecimento social. Não por prepará-las para o exercício dos papéis determinados pelos homens, mas sim porque a educação as tornaria capazes de se constituírem em seres sociais plenos, capazes inclusive, de fazer valer os seus direitos sociais.

As muitas mulheres que se lançaram nesta propaganda o fizeram basicamente através de periódicos voltados para o que consideravam como o real interesse da mulher, a promoção da sua educação, incluindo nesta o aperfeiçoamento físico, moral e intelectual. Os temas, abordados nos artigos e editoriais, não diferiam em essência dos tratados pelo discurso masculino sobre a educação. Tratavam da definição idealizada da mulher, do casamento, da família, da maternidade, contudo, agregavam a estes o problema da emancipação, e da necessidade urgente de igualdade de direitos entre os gêneros. Isto separava o seu discurso do proferido pelos homens.

As falas femininas, no período estudado, não constituíam um discurso revolucionário. Não se entendemos por revolução o rompimento com todos os padrões existentes, em sua época, para a apresentação da figura feminina. Essas mulheres viam-se como mulheres virtuosas, que possuíam no casamento, na vida familiar e na maternidade o seu destino natural. Desejavam constituir

famílias e terem os seus filhos e filhas, contudo, elas não percebiam esses papéis, dona-de-casa e mãe, como uma simples ação complementar da existência masculina, e nem como as únicas possibilidades de existência digna para elas. Reelaborando o discurso masculino, direcionado para a função normativa da mulher dentro da família, viam, principalmente na maternidade, uma possibilidade de romperem com o preconceito e com as limitações que a sociedade às impunha. O caráter revolucionário das falas das propagandistas estava em utilizar-se das formas tradicionais de atuação feminina para a renovação das mesmas.

Nesta estratégia, como já dito, dois elementos adquiririam uma grande influência: a necessidade da educação e a busca pela emancipação, entendida como igualdade de direitos civis. Centrando a análise, neste momento, no primeiro elemento, é possível demonstrar como ao tratarem do casamento, da família, da maternidade, enfim, do mundo que os homens criaram, a educação surgia como o elemento que poderia transformar uma existência subordinada em uma vida autônoma. A nova mulher é necessariamente a mulher educada, redimida e reconstruída pela educação. Na visão que as propagandistas apresentavam sobre as atribuições

julgavam serem os seus direitos. Não utilizo o termo feministas, pois este era recusado por elas, em muitos dos artigos pesquisados por mim. Percebiam a luta pelos

seus direitos, não como uma questão particular de um grupo, mas como uma etapa para a construção de uma nação civilizada.

tradicionalmente ligadas ao sexo feminino, podemos verificar claramente este processo.

Esposas e mães: as falas sobre os papéis tradicionais.

No primeiro capítulo da minha tese de Doutorado⁴ abordei o discurso masculino sobre a educação. A partir deste, entre outros temas, me foi possível demonstrar como os homens viam a apresentação social da mulher e a sua educação. Contudo, os textos tratados possuíam, como característica comum, o fato de se tratarem de livros destinados ao consumo dos próprios homens, pertencentes, tais como seus autores, a uma elite intelectual. Como se daria, então, a passagem destas ideias para o conjunto da população, e, especificamente, para as mulheres? Além das iniciativas educacionais do Estado, através da sua política de ensino público, esta transmissão se daria, também, por intermédio de periódicos de propaganda, do mesmo tipo dos de defesa dos direitos femininos. Em um desses periódicos editados por homens, para a promoção da educação, encontrei um pequeno folhetim, bastante significativo. Divido em três partes, e intitulado “Conversações com minha filha”, traz uma visão conservadora sobre a mulher e a sua função social. Este folhetim permite-me construir um quadro demonstrativo sobre a figura feminina que as propagandistas

rejeitavam, e, a partir dele, estabelecer as aproximações e o distanciamento que as falas femininas apresentavam em relação ao discurso contido nele.

O folhetim continha sempre um subtítulo identificando os assuntos tratados, que no entender do jornal seriam úteis para as mulheres. Surgido logo no primeiro número do jornal, tinha a autoria atribuída a “Aniroc”. Este nome pouco diz sobre a identidade do autor, contudo, se o invertermos teremos o nome Corina, o que poderia indicar uma autoria feminina. Sendo o autor realmente uma mulher, ou não, faz pouca diferença. Mais importante é o fato de estar em um periódico editado por um homem, no caso Charles F. de Vivaldi. Na primeira parte do folhetim, a situação é a seguinte: uma mãe surpreende sua filha lendo um conto que fora escrito por uma amiga de colégio, a partir daí se desenvolve um diálogo onde a mãe passa a criticar a mulher letrada, desqualificando este trabalho como não condizente com a condição feminina. Frente às objeções de sua filha, esta passa a colocar como, em sua opinião, deve ser encarado o talento feminino, e como as mulheres devem se posicionar a respeito dele. Basicamente suas ideias são que o talento literário na mulher é exceção, podendo a mulher ao se enveredar na busca deste cair no ridículo e no pedantismo. Esse trabalho

⁴ OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita. *Educação, gênero e modernidade. Discursos e práticas educacionais no*

Brasil entre 1870 e 1910. Campinas, SP: [s.n.], 2002.

intelectual deveria ser deixado aos homens, mais preparados naturalmente, e com formação mais apropriada para tal. Às mulheres caberia uma formação diferenciada e ambições diferenciadas.

“- Antes de tudo as mulheres literatas (sic) são uma exceção, um fenômeno, uma coisa fora do comum. São toleradas, porém quase nunca granjeiam admiração. Sobre cem mulheres que escrevem, noventa nunca chegam à coisa alguma, as outras dez são ou aborrecidas, ou pedantes, ou então copiam aquilo que foi escrito por outros.

(...).

- Como é severa mamãe!

- Sou tanto mais porque as nossas filhas tendem muito a seguir a opinião que proclama a independência da mulher, a sua aptidão para seguir os estudos do homem, o seu direito a disputar-lhe as honras e a fama. Serei sobretudo severa com aquelas meninas que, com a memória cheia de suas leituras de Dumas e Ponson do Terrail, e de suas composições escolásticas, porque de vez em quando têm uma frase feliz, porque sabem colocar o substantivo antes do verbo, se persuadem de que o público deve ouvi-las em êxtase. A palheta do artista é séria demais para as mãos da mulher, e os seus dedos se estragam entre as diferentes tintas.⁵

Ainda sobre esta primeira parte, devo ressaltar o fato de, tanto Maria quanto sua amiga escritora estarem no colégio, então o (a) autor (a) não demonstrava rejeição pela educação feminina. O que parece assustá-lo (a) é a possibilidade de a mulher concorrer com os

homens na sociedade, abdicando dos atributos que lhe fossem característicos.

No capítulo seguinte, a conversa entre mãe e filha girava em torno das qualidades necessárias à mulher para esta ser respeitada. Após surpreender Maria mirando-se no espelho, sua mãe começa a travar uma conversa acerca da questão da beleza como atributo essencial às mulheres. A ideia central deste texto era demonstrar que os atributos físicos de beleza deveriam importar pouco à mulher. O decisivo seria a sua inteligência, a sua virtude e a forma como ela desenvolvia a sua vida de maneira harmoniosa e correta, principalmente dentro do lar. Para além da beleza, efeito de acidente da natureza, a mulher devia se preocupar em se preparar para levar uma vida virtuosa. O foco é deslocado da exterioridade do corpo para a dimensão do interior do indivíduo, para a sua moral, e para as manifestações desta na sua apresentação em sociedade. O objetivo de uma existência virtuosa seria alcançado através de um cultivo dedicado dos valores da moral vigente, por meio de uma educação que a tornasse capaz de apreender os bons sentimentos.

"- Bem vê, minha querida filha, que o valor real da mulher está na graça e no espírito, - a beleza não é senão uma coisa secundária, pois que a mulher que não tem outros dotes senão este agradecerá muito menos do que uma senhora educada e

⁵ - Aniroc. "Conversações com minha filha. A mulher literata". Ilustração Popular, volume I, nº 1 de

espirituosa. Eu não quero fazer-te a injustiça de supor que o teu espírito não possa chegar a certo grau de fineza, e quando chegares a este ponto compreenderás que o poder da inteligência é onipotente. São enumeráveis os exemplos de pessoas feias que fascinam só com a força de sua inteligência, com o ardor da palavra, com as cintilações do olhar, com aquela energia inspirada que conquista e subjuga. (...) É a beleza que se procura na amiga confidente, afetuosa e fiel dos nossos pequenos desgostos? É a beleza que se procura na esposa, companheira da virilidade do homem, guarda de sua casa e de sua honra?"⁶

Em relação à primeira parte do folhetim pode parecer que há certa contradição no discurso. Naquela era criticada a ambição das mulheres em se tornarem letradas, artistas, enquanto nesta existe uma valorização da instrução e do cultivo da inteligência, até mesmo da genialidade. No entanto, não acredito que haja contradição. O primeiro texto tratava da competição que as mulheres poderiam efetuar em relação aos homens, era combatido o caráter emancipatório que a educação teria. Aqui o que é exaltado é a educação como elemento distintivo entre mulheres, uma mulher feia porém educada, estaria muito mais capacitada para uma existência virtuosa, para uma vida proveitosa, do que uma mulher que tivesse nos atributos físicos o seu único dote. A contradição deixa de existir quando se identifica o elemento

opositor, quando se qualifica o outro da argumentação.

A questão da mulher independente aparece no terceiro texto da série. O desejo expressado por Maria de ser homem serve como mola propulsora para o diálogo. Três ideias muito fortes no discurso masculino aparecem claramente. A primeira é a da complementaridade entre os gêneros, homem e mulher seriam seres diferentes e complementares que não poderiam viver separados de suas funções clássicas, à custa da sobrevivência da sociedade. A segunda, também, recorrente era que a mulher estaria mais capacitada para os afazeres domésticos, tendo aí o seu local por excelência. Aparece também neste ponto a defesa desta divisão entre os espaços sociais como vantajosa para a mulher, pois esta poderia gozar mais da sua existência do que o homem, obrigado a luta diária pela sobrevivência e a relações sobre as quais não poderia exercer um controle seletivo. A terceira tratava da superioridade da mulher sobre o homem, devido ao seu poder de influência na vida dos homens, fosse como conselheira de seus maridos ou, principalmente, como educadora dos filhos e, portanto, artífices da feição que as sociedades poderiam apresentar.

Junto a essas ideias surgia também a defesa da educação da mulher como forma de engrandecimento pessoal, contudo, esse

⁶ - Aniroc. "Conversações com minha filha. A mulher

feia". Ilustração Popular, volume I, nº 2 de 14/10/1876.

crescimento somente deveria ser utilizado dentro do espaço do lar. A mulher deveria se educar com o objetivo de se tornar melhor esposa e mãe, reforçando sua influência indireta na sociedade, única considerada legítima e positiva. Essa seria a ordem natural das coisas, a observação dos fenômenos naturais e das estruturas das sociedades comprovaria que tudo tinha a sua razão de ser como era. Em suma tudo tinha a sua lei, o que evidencia a filiação de tais conceitos às ideias positivistas.⁷

“E se olharmos para a nobreza da sua missão - a quem foi confiado o cargo de tornar a vida suave e agradável ao homem? De aliviar-lhe as dores? De fortificar-lhe a alma pela fé e pela esperança? Onde está a maior força do amor senão na mulher, e onde está a maior alavanca do mundo senão no amor! Não há dúvida que a influência que nós exercitamos sobre o homem é muito maior do que a que ele exercita sobre nós. O menino copia o que faz a sua mãe, o irmão imita a sua mana mais velha e o marido ouve a mulher. É da família, e de entre os braços da mulher que o homem sai para lançar-se no turbilhão do mundo - e sai educado nos afetos santos, nos pensamentos delicados. Deus criou o homem, e a mulher o corrigiu.

Então a mulher é superior ao homem?

- Mas os homens, mamãe, tem-nos em conta de cabecinhas sem

ideias e incapazes de compreender os grandes pensamentos.

- Não sei se os homens pensam assim, mas se é verdade o que dizes, o sistema que queres seguir, não é por certo aquele que nos fará crescer na opinião dos homens. Com o desejo de seres homem mostra o teres a mulher em pouca conta - e se começarmos por nos desprezar, como poderemos exigir o respeito dos homens? Já é muito e já é demasiado o modo por que dizem que o nosso sexo é volúvel, que é leviano, que é ignorante e cheio de vaidade! Pois bem! Façamos ver o contrário. Sejamos mulheres fortes - eduquemos-nos, pelos estudos severos e para as grandes virtudes. Sejamos companheiras dignas dos homens, o seja esta a nossa maior glória.”⁸

Conforme disse acima, pode-se perceber nas falas femininas algumas aproximações em relação ao discurso conservador. Mesmo em “A Família”, é possível identificar um discurso aproximado. Anália Franco, talvez a colaboradora mais assídua do jornal, faz em um artigo elogios a vida doméstica, e a virtude da mulher enquanto dona de casa. Seria no lar que a mulher poderia manifestar toda a sua potencialidade. Os problemas da sociedade seriam “a consequência inevitável das dissensões domésticas”.⁹ Nesta mesma direção, Belmira Costa, apesar de defender que a educação das mulheres deveria ser melhorada, circunscrevia

⁷ A defesa desse tipo de argumentação aproxima bastante o texto do pensamento positivista, apesar de ao longo da publicação, esta doutrina somente ter aparecido no n.º 14 de 06/01/1877 onde há um artigo em que o autor, não declarado, provavelmente o redator, Charles de Vivaldi, critica duramente o positivismo.

⁸ Aniroc. “Conversações com minha filha. A mulher independente”. Ilustração Popular. Volume 1, n.º 3 de 21/10/1876.

⁹ Anália Franco. “O lar feliz”. A Família, ano 1, n.º 11 de 09/02/1889.

a aparição da mulher dentro do espaço doméstico, sendo aí o seu único espaço legítimo de atuação. Mesmo posicionando-se contra a desvalorização da mulher no discurso conservador, a autora se mostra totalmente contrária a que a mulher exercesse qualquer papel que não fosse um dos tradicionalmente destinado a ela como filha, esposa e mãe.

“A mulher quando não degenera, é todo amor e dedicação. A instrução é tão necessária ao homem como à mulher: não para ela exercer cargos fora do lar doméstico, porque; o que seria dos filhos ainda na aurora da vida, privados dias inteiros dos cuidados maternos?”

E que seria da ordem e economia do lar, se a mulher fosse discutir nas assembléias e nos tribunais! A casa se tornaria uma verdadeira anarquia, e o esposo veria com rapidez desaparecer o fruto de seu trabalho.

A instrução da mulher é necessária para ser ela própria a preceptora de seus filhos, e não confiar a outrem o cuidado de educá-los moralmente.”¹⁰

A presença deste discurso conservador nas falas femininas torna-se compreensível, pois se vivenciava um processo de reelaboração deste mesmo discurso. As propagandistas valorizavam os papéis tradicionais das mulheres, mesmo desejando a sua reestruturação. Além disso, notei em várias edições de “A Família” a preocupação de demonstrar o caráter democrático do jornal,

publicando-se ideias contrárias as de sua editora.

O distanciamento, em relação ao discurso conservador, com a crítica as aparições tradicionais das mulheres era o mais comum nos periódicos femininos. Uma das críticas mais elementares era direcionada ao modelo de casamento tradicional, percebido como prejudicial à mulher. Francisca Diniz atacava o casamento mercenário e a fraca preparação que as mulheres tinham para ele, tornando-se assim vítimas de seus maridos, que na maioria das vezes espoliavam os seus bens. A única maneira para a mulher se precaver contra isso seria através da instrução, pois munida de uma “inteligência cultivada” ela poderia se manter atualizada frente aos negócios do casal, e se necessário se sustentar no caso de um abandono. A autora via o casamento como a única forma da sociedade legitimar a união entre os sexos, contudo, esta não percebe o mesmo como a única opção para a mulher, uma carreira profissional, independente do casamento, seria também uma opção legítima.

“Sede independentes do homem por meio de uma educação apurada que deveis vós procurar; cultivai sobre tudo vossa inteligência como a maior soma de instrução que puderdes; ornai o vosso espírito como o temor de Deus, expurgai a vossa alma desses vãos temores de embustes supersticiosos; amai o trabalho, e si

¹⁰ Belmira Costa. “A mulher e a sua instrução”. A

Família, ano 1, n.º 11 de 09/02/1889.

vos casardes, não temereis um futuro triste qual o que acima vem descrito.

Minhas patrícias: instrução e muita instrução eu vos aconselho; lede o grande livro da vida, o livro do povo - lede os periódicos - cultivai a imprensa, e só assim que podereis vir a conhecer os vossos direitos, as vossas obrigações, e os encargos e mais compromissos de vossos maridos que podem trazer a felicidade ou a ruína de vosso casal.”¹¹

Victoria Colonna, também, criticava o casamento, vinculando a falência de muitos destes ao hábito de se casarem as moças muito cedo, sem que estas tivessem tempo para se prepararem para tal empreitada através da educação. Sem que suas qualidades, complementares as do homem pudessem desenvolver-se ao nível ideal para o bom funcionamento da união conjugal. Outro problema apontado pela autora era a falta de paridade nas uniões, a desigualdade entre os cônjuges deveria ser evitada, fosse ela de inteligência, saúde ou virtude. Para ela a condição financeira dos noivos não deveria ser o fator primordial no arranjo das uniões. Defendia a necessidade da existência do amor antes do casamento, pois a sua falta antes, impediria que ele se mantivesse depois, o que tornaria o casamento uma união deficitária.¹²

Elisa Lemos, também, direcionou suas críticas para a prática do casamento por

interesse, ou como um arranjo financeiro. Estas uniões não poderiam funcionar a contento, pois seriam amparadas em bases que nada tinham de razoáveis. O fundamental era ser a mulher instruída e emancipada para que o casamento pudesse funcionar como deveria.¹³

Tratando, também, sobre casamento Josephina Álvares Azevedo criticava a incoerência da lei do casamento civil, que proibia o divórcio. Para ela, este era condição fundamental para que o primeiro pudesse funcionar como deveria. A proibição do divórcio era vista como fruto dos preconceitos de mentes dominadas pelo fanatismo religioso, e como uma inaceitável limitação às liberdades do indivíduo, liberdade esta que o sistema republicano deveria garantir. O divórcio seria também a garantia dos homens e mulheres, mas principalmente destas, de não ficarem presos a uma união que já não fosse satisfatória aos seus interesses.¹⁴

Além do casamento, a maternidade ocupava um espaço privilegiado no discurso feminino. Esta aparecia em vários textos publicados. Em um editorial Francisca Diniz defendia que a tarefa da educação dos filhos era o meio mais imediato da mulher poder influir nos destinos da humanidade, e de transformar-se em poderoso agente do progresso e da civilização. Somente as

¹¹ Francisca Senhorinha da Motta Diniz. “O casamento”. O Sexo Feminino, ano 1, n.º 10 de 08/11/1873.

¹² Victoria Colonna. “Os casamentos de hoje”. Jornal das Famílias, ano 13, n.º 6, junho de 1875. O dia da

publicação estava ilegível.

¹³ Elisa Lemos. “Palestrando de São João Del Rei”. A Família, ano 5, n.º 157 de 04/03/1893.

¹⁴ Josephina Álvares de Azevedo. “O divórcio”. A Família, ano 2, n.º 77 de 02/10/1890.

mulheres poderiam fornecer a educação completa que a sociedade moderna exigia dos homens.¹⁵ No número que marcou o início da publicação de “O Sexo Feminino” na Corte, a autora reforçaria esta ideia ao fazer o elogio da educação moral, demonstrando a primazia desta sobre a intelectual, na formação do ser social. Esta modalidade da educação estaria identificada com o ser feminino, trazendo para as mulheres a maior responsabilidade pelos destinos da sociedade, pois era a moral, mais do que a ciência, o que fazia com que os progressos alcançados pudessem ser úteis a todo o conjunto da sociedade. O papel da mulher enquanto mãe era, então, reforçado, pois nessa relação estava contido o maior, e o melhor, canal de transmissão dos valores morais. A mulher não estaria preparada de forma adequada para tamanha responsabilidade, e a culpa recaía nos homens de mentalidade restrita, que não conseguiam avançar frente às limitações que os preconceitos de sua época colocavam, era, portanto, necessário que se abrisse à mulher, todas as possibilidades de educação intelectual, para que assim pudesse preparar-se da melhor maneira para o exercício da maternidade.¹⁶

A maternidade não deveria ser utilizada como forma de bloqueio à iniciativa das

mulheres. As propagandistas não percebiam como excludentes a emancipação e as atribuições maternais. A vida social e a vida no lar poderiam e deveriam conviver em harmonia. Para Josephina Azevedo a mulher poderia ser mãe e cumprir com suas obrigações, ao mesmo tempo em que poderia exercer a plenitude de seus direitos civis.

“A mulher que é mãe, nada perde por ser cidadã; pode perfeitamente educar os filhos e desempenhar deveres cívicos; do mesmo modo que um homem pode cuidar dos deveres da família e dos seus deveres de cidadão.

Está claro se em dado momento a mulher é solicitada exclusivamente por certos deveres maternais, nesse ela abster-se há de qualquer colaboração na vida exterior, do mesmo modo que o homem detido por enfermidades ou motivos imperiosos, exime-se de todo o trabalho fora do lar. Mas isso não é motivo para impedir-se que a mulher aplique as suas poderosas faculdades aos diversos misteres da vida externa.”¹⁷

O texto de Josephina Azevedo evidencia o que tentei demonstrar ao longo deste item. As mulheres não recusavam os papéis tradicionalmente destinados a elas pela sociedade, algumas até reforçavam o discurso conservador, contudo, não viam nestes, necessariamente, uma limitação da atuação feminina. Aceitavam os papéis, mas os

¹⁵ Francisca Senhorinha da Motta Diniz. “Influência da educação maternal sobre os filhos”. O Sexo Feminino, ano 1, n. 17 de 07/01/1874.

¹⁶ Francisca Senhorinha da Motta Diniz. “A racional

emancipação da mulher”. O Sexo Feminino, ano 2, n. 1 de 22/07/1875.

¹⁷ Josephina Álvares de Azevedo. “O direito de voto”. A Família, ano 2, n.º 51 de 09/03/1890.

redefiniam de modo a favorecer a luta pelo que julgavam os seus direitos, e para o reforço da importância social da mulher. Este movimento tornava-se mais claro quando tratavam da defesa da emancipação feminina, como veremos adiante.

A emancipação das mulheres:

A questão da emancipação feminina aparece na quase totalidade dos jornais editados por mulheres. Configura com certeza o tema mais recorrente. As propagandistas, também, tratavam deste ao abordarem outros, como a educação, a maternidade ou o direito ao voto. A ideia da mulher emancipada fornece o elemento central da construção da nova mulher.

Francisca Diniz em um dos seus primeiros editoriais, intitulado “O que queremos”, fornece um bom exemplo do ideal de mulher emancipada. Nem todas as características desta aparecem aqui, mas este libelo da autora permite que estabeleçamos um roteiro que veremos desenlaçar-se ao longo de suas próprias falas e das outras propagandistas.

Tratando do caso de uma mulher que teria sido lesada por seu marido, ao consentir, ingenuamente, na alienação de seus bens, a autora lamentava a ignorância em que as mulheres viviam, desconhecendo até os seus

direitos já previstos na legislação. A ignorância feminina, e a conseqüente dependência, advinda desta (e daí a necessidade da educação), favoreceriam a exploração da mulher por homens mal intencionados, e somente poderia ser do interesse deste tipo de pessoa. Ao final do texto, conclui com o que, no seu entender, deveria ser o objeto dos anseios femininos.

“Respondendo, portanto à tese deste artigo, diremos que”:

Queremos a nossa emancipação - regeneração dos costumes;

Queremos reaver nossos direitos perdidos;

Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado afim de que possamos educar também nossos filhos;

Queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos, e deles usarmos em ocasião oportuna;

Queremos conhecer os negócios de nosso casal, para bem administrarmos-los quando a isso formos obrigadas;

Queremos enfim saber o que fazemos, o porquê e o pelo que das coisas;

Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;

Queremos saber como se fazem os negócios fora da casa;

Só o que não queremos é continuar a viver enganadas.”¹⁸

Educação, emancipação e maternidade aparecem ligadas no discurso de Francisca Diniz. Em outro editorial tentava convencer suas leitoras da suprema importância de se

¹⁸ Francisca Senhorinha da Motta Diniz. “O que queremos?”. O Sexo Feminino, ano 1, n.º 8 de

formar o caráter das suas filhas através da educação. Este caráter amparado em uma educação voltada para a formação moral, intelectual e física poderia alcançar a verdadeira emancipação. Uma emancipação que estaria voltada para a sua própria felicidade, mas também para a felicidade da sociedade, pois mesmo emancipada a mulher não perderia a sua responsabilidade para com a família, e para com os homens. A noção de emancipação contida no discurso de Francisca Diniz estava diretamente relacionada com a aquisição de uma autonomia política, econômica e ideológica, contudo, não fazia parte de seu objetivo a recusa dos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres no discurso masculino, o que pretendia era uma redefinição desses papéis, com a ampliação dos seus limites. A própria maternidade seria uma plataforma para a emancipação, pois filhas e filhos bem educados, por suas mães, não reproduziriam os preconceitos existentes em sua sociedade.

“Quantas lutas terão, com efeito, nossas filhas que sofrer, e triunfos a alcançar a nossa grandiosa ideia!

A emancipação da mulher fundada na virtude, na educação, na instrução, no amor ao trabalho, trar-lhe-á não só a felicidade própria, como a felicidade de toda a humanidade.

Se as mães de família educarem seus filhos como é mister,

serão algum dia elevadas à altura que lhes é devida, não só dada pela natureza como pelo criador.

Não serão escravas, nem um móvel de casa, serão o anjo da guarda do homem.”¹⁹

A ideia de emancipação, para a proprietária de “O Sexo Feminino”, não se limitaria somente a maternidade. Estava vinculada, também, ao direito de trabalho para as mulheres. Neste sentido, surgia como a capacidade de se autorreger e de se auto sustentar e, portanto, deveria estar direcionada para esses dois objetivos. As autoridades no Brasil deveriam abrir as portas do ensino superior para que as mulheres pudessem se preparar para uma vida autônoma, mediante um curso superior. Segundo a autora, não se reivindicava que as mulheres executassem os trabalhos de profissões além de sua capacidade física, visto a compleição frágil das mesmas, contudo, existiam muitas carreiras que poderiam ser abraçadas pelas mulheres, e mesmo algumas em que ela teria um desempenho superior ao homem, como no caso do magistério. Entre as carreiras citadas pela autora, como as que poderiam ser desempenhadas pelas mulheres estão: médico, químico, naturalista, físico, farmacêutico, pintor, “telegrafista”, “taquígrafista”, botânico, agente de correios, negociantes de

¹⁹ Francisca Senhorinha da Motta Diniz. “Como devem trabalhar as mães de família para fortificar o caráter de

suas filhas”. O Sexo Feminino, ano 1, n.º 9 de 01/11/1873.

rendas, sedas, fitas “e muitos outros próprios do lar doméstico”.²⁰

A emancipação da mulher pela instrução era uma imposição do progresso, e uma necessidade ocasionada pelo surgimento de novas tecnologias, que inviabilizariam profissões tradicionalmente destinadas às mulheres. Segundo a autora, este seria o caso dos trabalhos de agulha onde, após as invenções das máquinas de costura e de fiar, o conhecimento especializado das mulheres estaria superado. Prejudicada no trabalho artesanal restaria como saída para a mulher o trabalho intelectual, através da “tríplice educação”. Daí a necessidade das mães de família investirem na educação de suas filhas.

Após uma interrupção de treze anos na publicação do jornal, Francisca Diniz retomaria a defesa da emancipação das mulheres, dando uma ênfase maior à urgência desta para a sociedade. Pegando carona na abolição da escravidão, ocorrida a pouco mais de um ano, afirmava que o século XIX depois de terminar com a escravização do homem pelo homem, não podia ficar em dívida com as mulheres, negando-lhes a sua emancipação.

Quase todos os editoriais dessa fase possuíam o título de “A racional emancipação da mulher”. O objetivo era, evidentemente, colocar a emancipação feminina no rol das etapas necessárias à civilização da sociedade

através dos ditames da razão. Segundo a autora, esta e a experiência haviam demonstrado que somente a inteligência poderia ser juiz de capacidade, e regra para a participação social. A mulher educada já teria provado poder alcançar os níveis exigidos pela civilização, igualando-se ao homem, e até superando-o, em alguns casos, como no do magistério, onde “nem é mais permitido negar-se a sua superioridade na educação e instrução da mocidade”. Ao concluir este editorial de retorno reforçava a ideia de que a emancipação da mulher estaria nas mãos das próprias mulheres, enquanto mães de família, pois estas poderiam debelar os preconceitos que existiriam contra a educação da mulher, ao combatê-lo na educação de seus filhos e filhas, que formadores das novas gerações.

“Vejamos, pois boas mães, o terreno é nosso, não o deixemos sem cultura, e nossa colheita será na proporção do que semearmos; a principal ideia é a de abrir todas, as carreiras ao nosso deprimido sexo por meio da instrução ministrada pela mãe de família.

A marcha e o movimento do progresso de ideias novas são sempre lentos, porém não está longe o dia em que a obra da perfectibilidade do gênero humano será preenchida pela educação do homem, dada pela mulher. É a época da luz!... Foram-se as trevas!... Todos os povos se congregam em torno da sacrossanta ideia da igualdade e da fraternidade. Avante, pois, amáveis conterrâneas!...”²¹

²⁰ Francisca Senhorinha da Motta Diniz. “Emancipação racional da mulher”. O Sexo Feminino, ano 2, n.º 2 de

29/07/1875.

²¹ Francisca Senhorinha da Motta Diniz. “A racional

A Proclamação da República provocou um misto de esperança e desconfiança. A República foi saudada pelas propagandistas como um grande passo na direção da liberdade. Francisca Diniz trocava o nome do seu jornal para “O Quinze de Novembro do Sexo Feminino”. Em seus editoriais próximos da data deixava claro que a obra redentora da República, com os seus ideais de liberdade e democracia, somente estaria completa com a libertação das mulheres, através da emancipação. As mulheres não deveriam esmorecer, participando ainda mais ativamente na defesa dos seus direitos.

Poucos meses após a Proclamação da República sua crença nesta estava bastante reduzida. Em editorial sobre o direito de voto, e a participação política, fazia duras críticas, denunciando o limitado espaço que era destinado à apresentação social da mulher, e a forma tradicional de visualização desta. A mulher não deveria ser tratada como objeto do lar, mas como ser capaz de intervir socialmente, preparado que seria pela educação moral e intelectual. Este discurso expressava a desilusão que se instaurara entre as propagandistas dos direitos femininos com a República. Vista inicialmente como possibilidade de melhoria da situação das mulheres, frente aos seus direitos civis, logo revelava sua verdadeira face de manutenção

dos preconceitos e práticas discriminatórias contra a mulher, chegando mesmo a representar um retrocesso, haja vista que a retórica do liberalismo republicano estava baseada em uma defesa da igualdade entre os homens. As propagandistas, como a citada, logo perceberam que longe de representar a pluralidade do gênero humano, o vocábulo “homens” remetia a uma especificidade.

“Não queremos representar na sociedade o papel do adorno dos palácios dos senhores do sexo forte, não devemos continuar na semi-escravidão em que jazemos, vendonos mutiladas em nossa personalidade, em seus códigos ou leis por eles legisladas, tal como a da outrora escravidão, sem que pudesse ser pela escrava protestada.

Não nos perturba a negativa. Seu sofisma é tal que nos tratando de rainhas só nos dão o cetro da cozinha, da máquina de procriação, etc., etc. Não nos consideram senão como objeto de imprescindível necessidade! Somos a flor de Cactos e nada mais.

A emancipação da mulher pelo estudo, é o facho luminoso que pode dissipar-lhe as trevas pela verdade em que deve viver, levar-lá há ao templo augusto da ciência, de bem viver na sociedade civilizadora.”²²

A emancipação via educação, não era, portanto, apenas o elemento redentor da situação de inferioridade das mulheres, era o que iria redimir a sociedade brasileira, expurgando-lhe todos os resquícios de

emancipação da mulher”. O Sexo Feminino, ano 3, n.º 1 de 02/06/1889.

²² Francisca Senhorinha da Motta Diniz. “A racional

emancipação da mulher”. O Quinze de Novembro do Sexo Feminino, ano 3, n.º 14 de 06/04/1890.

arbitrariedade, tão contrários à ideia de civilização, no entender das propagandistas. Neste movimento, Francisca Diniz, reforça a posição central da mulher no processo civilizador, elemento recorrente no discurso masculino. Contudo, o caráter libertário da emancipação nas falas femininas, mesmo permanecendo a mulher com raízes no lar, rompia o ideal normativo do discurso masculino.

Logo no número programa de “A Família” Josephina Álvares Azevedo trataria da emancipação das mulheres. Rejeitando totalmente a noção de superioridade masculina, afirmava que a mulher estaria no mesmo nível de capacidade do homem, se não fosse a ele superior, no que tange, até mesmo, à chefia da sociedade. Se a mulher não se encontrava na posição que merecia, era antes por um equívoco, ou por leviandade masculina, do que por uma incapacidade manifesta. A igualdade entre homens e mulheres deveria ser, portanto, a base da discussão sobre a questão da mulher na sociedade.

Essa ênfase na igualdade entre os gêneros ficaria evidente na campanha de Josephina Azevedo pelo direito de voto. Assim como Francisca Diniz, esta depositou uma grande esperança no advento do novo regime político. Para a autora seria uma grande incoerência a manutenção, no novo regime, da situação de inferioridade da mulher. O período

posterior a Proclamação da República, foi marcado por uma intensificação da propaganda pelos direitos civis. Josefina Azevedo, em editorial de 07 de dezembro de 1889, defendia de forma veemente o direito de voto para as mulheres. Em seu texto afirmava que em função da mudança de regime era de se esperar uma maior franquia dos direitos políticos, fato comum em situações similares ao longo da história. Contudo, segundo a autora, essa mesma história demonstrava que isto somente se aplicava aos homens. Essa discriminação era injustificável perante qualquer lógica política, pois não se poderia conceber a exclusão de seres capacitados intelectualmente, somente por pertencerem ao sexo feminino. Os exemplos de mulheres que exerciam funções que tradicionalmente eram legadas aos homens, e até mesmo o exemplo de mulheres que chefiavam Estados, demonstravam que estas em nada ficavam a dever aos homens em termos de capacidade. Portanto, não haveria como justificar o alijamento destas do pleito eleitoral. O máximo da injustiça era que as mulheres como seres inteligentes e capazes, muitas vezes se viam na situação de sofrerem as consequências de um governante inepto, sem que lhes fosse permitido o direito de repudiá-lo, através do voto. A recusa do voto feminino era uma incoerência frente à posição da mulher na sociedade da época, visto que ela já usufruía uma série de prerrogativas que a colocavam

frente ao espaço público, alijá-las, então, da vida política constituiria assim uma aberração social.

“Se pelos atributos que, de há tempos se tem reconhecido na mulher, hoje já podemos adquirir uns tantos foros sociais, exercer determinadas funções na vida exterior, claro está que as nossas aptidões não podem ser delimitadas pelos preconceitos de sexo, principalmente, nos casos em que tenhamos que afirmar a nossa soberania pelo direito de voto. O direito de votar não pode, não deve, não é justo que tenha outra restrição além da emancipação intelectual, da consciência do ato, da faculdade de discriminação.

Ainda mesmo (o que não admito) que não tenhamos o direito de ser votadas, devemos possuir o de voto, isto é, o da livre e conscienciosa escolha daqueles que sejam chamados a reger os destinos da sociedade em que vivemos, e que alentamos com a vida e a educação de nossos filhos.”²³

O tema do direito ao voto ocupou boa parte da atenção do jornal nos meses que se seguiram a proclamação da República. Comentando sobre a recusa da inscrição eleitoral feita por duas senhoras em Minas Gerais, considerou a suposição de incapacidade política, alegada pelos desembargadores para a rejeição da solicitação das senhoras, absurda, pois a incapacidade só seria imputada aos menores de idade, aos dementes, aos analfabetos, e aos criminosos. Considerar a mulher instruída como incapaz

era nivelá-la a esses grupos, e negar a capacitação que ela adquiriu através da instrução. Por outro lado, apoiar essa recusa na diferença do sexo, e em uma incapacidade inata do sexo, seria puro preconceito, não possuindo nenhuma base lógica ou legal essa deliberação. O direito de voto seria um direito de escolha, e como tal deveria ter como impedimento único a capacidade de escolha. Esta teria com pré-requisito a instrução que a fornecia. Portanto, a mulher “emancipada” pela instrução, capacitada a escolher, não poderia, e nem deveria, ser excluída do direito de voto.

“A primeira condição essencial da emancipação das pessoas é a instrução. Instruída a mulher, todos os direitos se lhe antolham como de posse razoável de todos os seres da espécie. A lei restritiva não lhe aparece senão como um despotismo tirânico da força contra o direito, do homem sobre a mulher.

E a mulher será instruída e emancipada, com todos os direitos inerentes as personalidades humanas, ou não será instruída, e, por conseguinte, tornada inferior pelo egoísmo de seus semelhantes, o que é uma monstruosidade.”²⁴

As propagandistas viam no direito a participação eleitoral o marco definitivo na emancipação político-social da mulher, por isso se engajaram de forma tão decisiva em uma campanha por esse direito. O direito das

²³ Josephina Álvares de Azevedo. “O direito de voto”. A Família, ano 1, n.º 41 de 07/12/1889.

²⁴ Josephina Álvares de Azevedo. “O direito de voto”. A Família, ano 1, n.º 43 de 21/12/1889.

mulheres a emancipação social era uma verdade inalienável do progresso humano, apesar de todas as forças colocadas em contrário, era inevitável que ele se concretizasse. A luta feminina deveria ser para que este acontecimento não acabasse se atrasando, devido à resistência de mentes preconceituosas. A autora demonstrava uma alta percepção da conjuntura sóciopolítica de sua sociedade, ao afirmar que se fosse desperdiçada esta oportunidade a luta feminina por direitos civis correria o risco de ser postergada para um futuro muito distante.²⁵

A emancipação era vista por Josephina Azevedo, também, como uma necessidade social. Era fundamental que a mulher fosse emancipada, pois do contrário a própria evolução da sociedade estaria ameaçada. Para isso era necessário que as mulheres se engajassem na luta pelos direitos civis. A inércia do parlamento em legislar sobre a causa feminina estaria diretamente ligada à falta de interesse, e de combatividade, demonstrada pelas mulheres. O alvo principal do discurso de Josephina era a aprovação do código civil, que transformava a mulher em ser tutelado pelo marido, não tendo nenhuma liberdade de ação, sem uma autorização prévia deste, mesmo no caso de acusação contra o próprio. Para a autora este seria o maior dos absurdos, e as mulheres não poderiam deixar de se

mobilizarem para impedir tal fato. O exemplo dos operários era então resgatado, para simbolizar uma forma de luta possível; as mulheres deveriam se organizar em associações, e partir para a defesa de seus direitos civis.

“Pois bem senhoras uni-vos, agrupai-vos, e manifestais que é grande o vosso número.

Os obreiros formam associações, constituem sindicatos, e suas vozes são ouvidas, fazei como eles oh mulheres brasileiras, formai uma federação poderosa, mostrai que somos solidárias - a união é a força, vós o sabeis.

Isoladas nada poderemos, unidas podemos tudo.

A ocasião é oportuna, as mulheres não devem deixar de aproveitar-se deste momento de ideias de justiça e de progresso social.

Mulheres brasileiras, mãos à obra!”²⁶

Reforçando a defesa de uma maior participação das mulheres na luta pelos seus direitos, Josephina tornaria a conchamar as mulheres para que se rebelassem contra a situação de submissão que lhes era imposta. A luta pela educação feminina seria uma questão superada, pois todas as portas estavam-lhes abertas, inclusive a do ensino superior, em todas as suas áreas, como as faculdades de direito, medicina e de ciências, bastando para tal o concurso do interesse das mulheres em seguir o rumo da instrução. O que deveria ser

²⁵ Josephina Álvares de Azevedo. *“Ainda o nosso direito”*. A Família, ano 2, n.º 57 de 26/04/1890.

²⁶ Josephina Álvares de Azevedo. *“Às mulheres”*. A Família, ano 4, n.º 129 de 02/01/1892.

priorizado agora era a luta pelos direitos civis e políticos, e para isso seria extremamente necessário o engajamento de todas as mulheres. Para que os legisladores pudessem se sensibilizar com a necessidade imperiosa da emancipação feminina, era necessário que as mulheres se mostrassem combativas e capazes de contestar a situação que lhes era imposta. O primeiro passo seria romper com a escravidão voluntária que as mulheres se deixavam impor através dos usos e costumes da sociedade. As mulheres deveriam mostrar-se possuidoras de forte personalidade, e de ideias autônomas, capazes de guiar suas vidas por seu próprio discernimento.²⁷

Nota-se neste discurso uma mudança na argumentação de Josephina. A emancipação feminina deixa de ser colocada como consequência natural da sua instrução. Garantido o acesso a todos os níveis de educação, como afirmava a autora, caberia agora à luta das propagandistas a busca dos direitos políticos e civis de forma imediata. Não deixou de acreditar que a emancipação seria a consequência natural do aumento do nível educacional das mulheres, contudo, isto poderia demorar muito tempo. A oportunidade gerada pela movimentação política da primeira década da república, o exemplo da luta dos operários, permitiu vislumbrar a possibilidade de acesso imediato aos direitos civis e

políticos, e a conseqüente emancipação, através da mobilização pela aprovação de leis no parlamento que favorecessem aos seus objetivos. Para isso, no entanto, era fundamental que as mulheres se mostrassem capazes de organizarem-se para pressionar os legisladores.

“É necessário instruir as mulheres, mas isso não é tudo. O que nós exigimos é o direito comum, é a completa igualdade civil e política.

(...).

Se, seriamente, as mulheres querem ser libertadas da servidão que lhes impõe o código, comecem por se libertar elas mesmas das servidões que lhe impõem os prejuízos mundanos - e por essa forma elas mostraram que sabem ser livres, e que não mais estão dispostas a sofrer qualquer sorte de opressão.

Em vossas mãos está o dardes provas de energia, de coragem e sobretudo de perseverança, não vos inquieteis com os sarcasmos dos primeiros momentos, sede fortes e resolutas, porque só de vós depende o que ainda nos resta a conquistar, e o sucesso coroará os nossos esforços.”²⁸

Os discursos de Francisca Diniz e Josephina Azevedo expressam os limites da produção feminina no período. As falas das propagandistas oscilavam entre a ênfase na educação como forma privilegiada de acesso à emancipação, e a ênfase na luta política, que percebia a educação como porta de entrada para esta luta, e a resultante emancipação.

²⁷ Josephina Álvares de Azevedo. “A questão das mulheres”. A Família, ano 4, n.º 130 de 30/01/1892.

²⁸ Josephina Álvares de Azevedo. “A questão das mulheres”. Op. Cit.

Outras autoras, por intermédio dos jornais de propaganda, também, tratariam da emancipação das mulheres, trazendo contribuições importantes.

Amélia Carolina da Silva logo em seu primeiro editorial deixava claro que o objetivo do jornal era a defesa dos interesses das mulheres. O ponto central de sua argumentação era a melhoria da instrução destinada às mulheres, de modo a possibilitar o rompimento com as barreiras que as colocavam como inferiores aos homens. Os elementos principais do seu discurso eram: somente a instrução pode emancipar a mulher, transformando-a em um agente do progresso da sociedade, e era necessário que se liberasse o ensino superior às mulheres, para que estas pudessem exercer funções para as quais estariam mais preparadas do que os homens.²⁹

Luiza Cavalcanti, também, abordava a ligação entre educação da mulher e a sua emancipação. A emancipação da mulher, proporcionada pela educação, seria ao mesmo tempo consequência natural do progresso da civilização, como também pré-condição para a evolução desta. A mulher educada nada deveria em realizações aos homens, pelo contrário, teria a possibilidade de se sobrepor a ele, se ambos tivessem as mesmas oportunidades. “A mulher científica é a síntese viva da perfectibilidade intelectual”.³⁰

Maria Amélia de Queiroz Traçou um paralelo entre a escravidão africana e a situação da mulher, questionando até quando as mulheres ainda teriam de esperar pela sua abolição. O ponto central da sua argumentação era a incoerência na situação da mulher, que apesar de ser considerada incapaz de exercer os seus direitos civis, era plenamente enquadrada dentro do direito penal.

“Se a mulher é julgada incapaz, por sua fragilidade como afirmam as leis civis que nos regem, com muito mais razão devia ela ser menos responsável perante o Direito Criminal, visto como, um ser tão débil como chamam a mulher, não pode sofrer uma pena igual a imposta ao sexo forte.

Onde está a coerência?

Uma lei negar-lhe a imputabilidade jurídica, ao passo que outra a consagra!...”³¹

Em um pequeno artigo de Maria Clara Vilhena da Cunha relativizava de forma bastante pertinente a imagem da rainha do lar. Esta era adotada tanto no discurso conservador, como na fala de algumas propagandistas. Os homens viam nesta a presença da mulher submissa, boa esposa, que não deveria ambicionar uma participação política na sociedade, pois teria sua influência melhor aproveitada dentro do lar, onde poderia influenciar as decisões do marido. Já as propagandistas ao recusarem esta utilização da

²⁹ Amélia Carolina da Silva. “Editorial”. Echo das Damas, ano 1, n.º 1 de 18/04/1879.

³⁰ Luiza Cavalcanti Filha. “Tratemos de nós”. A

Família, ano 1, n.º 2 de 08/12/1888.

³¹ Maria Amélia de Queiroz. “Emancipação feminina”. A Família, ano 3, n.º 105 de 04/06/1891.

imagem da rainha do lar, recolocavam-na em outros parâmetros, pois percebiam que a mulher emancipada poderia exercer uma ação mais direta nos destinos da sociedade, mesmo que ainda vinculada ao lar. Ao discutir a imagem, da rainha do lar, a autora demonstrava que apesar de utilizada, esta não constituía um horizonte tranqüilo dentro do discurso feminino, muito pelo contrário, era alvo de duras críticas, principalmente, por parte das mulheres engajadas nas lutas pelos direitos civis e emancipação das mulheres.

“Em geral dizem os homens que a mulher não deve ser política e nem se interessar com os negócios públicos porque tem no lar doméstico, aonde ela é rainha podendo aí exercer o seu domínio.

Mas, se é tão limitado esse domínio.

Os homens mesmo se contradizem, lhe tirando a força moral do domínio absoluto.

A mulher tem sempre que ceder a seu marido, quando suas opiniões divergem. Sobre a profissão que deve seguir o filho, sobre a escolha do noivo para a filha, é sempre imperiosa e absoluta a opinião do marido.

Em que, pois perguntamos, consiste o seu domínio?

Não se diga que ela dominou ou domina, porque seria jogar a ironia na face da vítima; diga-se que há de dominar, partilhando da igualdade dos direitos, quando a opinião dos apóstolos da humanidade como Legouvé, em vez de opiniões forem - decretos.”³²

Ao longo deste texto, procurei evidenciar a construção de um novo ideal de mulher, oriundo das falas femininas. As propagandistas deixavam transparecê-lo quando afirmavam ser a situação da mulher insustentável, dentro dos limites que eram estabelecidos pela sociedade. A vida doméstica e os seus principais papéis, esposa e mãe, eram recusados, sob o estigma de representar o atraso e a incivilidade, quando a mulher somente poderia se dedicar a eles. Desta maneira, recusavam a forma clássica de apresentação das mulheres, presente nos discursos ultraconservadores do período, que rejeitavam a necessidade da educação para a formação da mulher, esposa e mãe, como não aceitavam, também, o discurso masculino que defendia a educação das mulheres apenas como forma de melhor prepará-las para os papéis tradicionalmente direcionados a elas, como nas falas dos autores estudados na parte inicial de minha tese de Doutorado³³.

O ideal de progresso, tão caro ao Segundo Reinado, ao lado da noção de ordem, era recuperado pelas ativistas dos direitos femininos, como a garantia da sua libertação, e da modificação das formas de aparições tradicionais das mulheres. A nova mulher rompia os limites do lar, mas não se insurgia contra ele. Desejava adicionar a ele novas prerrogativas, direcionadas a sua libertação,

³² Maria clara Vilhena da Cunha. “A mulher”. A Família, ano 1, n.º 33 de 10/101889.

³³ OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita, *op cit.*

como o direito ao trabalho externo e os direitos civis e políticos.

O discurso masculino, mais afeito à ordem do que ao progresso, percebia a mulher como seu agente. Remodelada por uma educação muito mais ligada à moral, e ao necessário para as suas funções domésticas, do que ao intelecto, esta mulher não constituiria uma novidade, mas sim um instrumento de sujeição melhor constituído: a mãe educadora. As vozes femininas não recusaram esta designação, contudo, a reconstruíram de modo a que seus ideais emancipatórios pudessem ser conquistados.

A mãe educadora garantidora da ordem, através da sua função normativa dentro da família, daria lugar à mãe ilustrada, mulher educada e livre, fomentadora do progresso das relações sociais, capaz de redimir a figura feminina, através da emancipação, e garantir o processo civilizatório da sociedade brasileira.

Esta nova apresentação da mulher-mãe representava um grande deslocamento em relação ao discurso normativo das elites, pois suas atribuições não estavam voltadas apenas para a estabilização das relações sociais, como no caso da mãe educadora, mas voltava-se, também, para uma existência que as mulheres pudessem usufruir para si mesmas. A bela e forte frase de Josephina Azevedo, “Nós não somos mães todos os dias e às vezes não o

somos nunca”,³⁴ constitui um bom exemplo do que estou querendo demonstrar. A mãe ilustrada, a nova mulher revela-nos as técnicas de si elaboradas por essas escritoras³⁵.

³⁴ Josephina Álvares de Azevedo. *A mulher moderna – Trabalhos de propaganda. Op. Cit.*

³⁵ Francisco Ortega. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.